



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO – FD
BACHARELADO EM DIREITO**

Maloba Mwema Michee

**O DIREITO EDUCACIONAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:
CONTEXTO E LEGISLAÇÕES**

**Brasília
2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO – FD
BACHARELADO EM DIREITO**

Maloba Mwema Michee

**O DIREITO EDUCACIONAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:
CONTEXTO E LEGISLAÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Graduando: Maloba Mwema Michee

Orientadora: Me. Carla Beatriz de Almeida

**Brasília
2023**

MM623e Michee, Maloba Mwema
Estudante de Graduação / Maloba Mwema Michee, O DIREITO
EDUCACIONAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: CONTEXTO E
LEGISLAÇÕES ; orientador Carla Beatriz de Almeida. --
Brasília, 1.
34 p.

Monografia (Graduação - Direito) -- Universidade de
Brasília, 1.

1. Direito Educacional . 2. República Democrática do
Congo. 3. Contexto . 4. Legislação. I. , O DIREITO
EDUCACIONAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: CONTEXTO E
LEGISLAÇÕES. II. Almeida, Carla Beatriz de, orient. III.
Título.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO – FD
BACHARELADO EM DIREITO**

**O DIREITO EDUCACIONAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:
CONTEXTO E LEGISLAÇÕES**

Maloba Mwema Michee

Banca:

Orientadora: Me. Carla Beatriz de Almeida (UnB)

Examinadora 1: Me. Carla Beatriz de Almeida (UnB) - Presidenta

Examinadora 2: Me. Michele Faise de Almeida (UnB) - Avaliadora Interna

Examinadora 3: Me. Murilo Borsio Bataglia (UnB) - Avaliador Interno

Examinadora 4: Dr^a. Jhéssica Luara Alves de Lima (UFC) - Suplente

Resultado: Aprovada.

Brasília, 08 de Dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso a minha gratidão ao meu Deus, em quem tenho toda a confiança, por ter guiado meus passos e concedido a força que precisei quando perdi a esperança e o pensamento e quase desisti deste trabalho.

Gostaria de me agradecer por perseverar e não desistir, mesmo quando havia inúmeras razões para fazê-lo. Lembro-me das noites em que ficava acordado, lendo e repetidas perguntas, lembrando-me desta voz que me dizia: Maloba Mwema Michee, você está quase lá.

Não posso deixar de mencionar a minha família, meus irmãos que eu amo muito que foram fundamentais na minha caminhada, especialmente aos meus pais, que sempre incentivaram a mim e aos meus irmãos a seguirmos o caminho de estudo e nos mostrou sua importância.

Expresso minha gratidão à minha família e às pessoas que me ajudaram e apoiaram neste momento difícil, que contribuíram, direta ou indiretamente, para realizar este trabalho. Agradeço aos meus compatriotas, amigos e colegas de classe que me apoiaram ao longo desta jornada, bem como a todas as pessoas que, nas interações no dia após dia, agregaram valor à minha carreira.

Um agradecimento especial a todos os professores de Direito, em especial, ao professor Daniel pela ajuda desde que entrei na Faculdade de Direito, que me fez entender que universidade não é só passar nas matérias e obter boas notas, mas também ter uma atitude adequada em relação a diferentes problemas e desenvolver um papel ativo na minha formação acadêmica.

Agradeço à professora Carla Beatriz de Almeida por ter despertado o meu interesse pela pesquisa e popularização, mesmo quando eu não tinha muito interesse a princípio.

Agradeço meu Amigo de todo dia que a gente passou essa fase tão difícil, que me ajudou com conselhos. E estamos juntos, reprovamos juntos também: o JEAN FRANCOIS XAVIER CONAN ANGORA.

Por fim, agradeço a uma pessoa especial na minha vida que participou muito dos momentos difíceis e que realizei meu sonho com você, Rayssa Beca.

Resumo

O sistema educativo da República Democrática do Congo (RDC) continua a desenvolver-se em todos os níveis, embora lentamente, em virtude de toda a situação de risco e perigo no cenário interno dentro da RDC e a conjuntura de crise e contexto bélico. Dessa forma, a questão educacional é amplamente marcada pelo acesso que o indivíduo possui, tanto em virtude de renda como também de gênero, pois investir na educação das meninas, adolescentes e mulheres é ainda um desafio nesse contexto. Assim, diferentemente que no Brasil, onde a educação é um direito público subjetivo e existem políticas públicas voltadas para uma formação, desde o ensino do primário, ensino médio e na universidade com graduação e possibilidades de mestrado e doutorado. Na RDC, temos o propósito/desafio de fazer uma escola que valorize o crescimento intelectual, a vida da sociedade e esfera laboral do país.

Palavras-chave:

República Democrática do Congo. Direito Educacional. Contexto. Legislação.

Résumé:

Le système éducatif de la République Démocratique du Congo (RDC) continue de se développer à tous les niveaux, quoique lentement, en raison de l'ensemble de la situation de risque et de danger dans le scénario interne de la RDC et de la situation de crise et du contexte de guerre. De cette manière, la question éducative est largement marquée par l'accès dont dispose l'individu, tant en raison du revenu que du sexe, car investir dans l'éducation des filles, des adolescentes et des femmes reste un défi dans ce contexte. Ainsi, contrairement au Brésil, où l'éducation est un droit public subjectif et où il existe des politiques publiques visant à la formation, depuis l'enseignement primaire, l'enseignement secondaire et l'université avec diplôme et possibilités de maîtrise et de doctorat. En RDC, nous avons pour but/défi de créer une école qui valorise l'épanouissement intellectuel, la vie en société et la sphère du travail du pays.

Mots-clés:

République Démocratique du Congo. Droit de l'éducation. Contexte. Législation.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Ranking da República Democrática do Congo.....	12
Figura 2 - Ranking da República Democrática do Congo.....	12
Figura 3 - Mapa Político da República Democrática do Congo.....	13
Fotografia 1 - Homens congolezes segurando as mãos cortadas.....	16
Fotografia 2 - Funcionário Colonial e vítima de mutilação (1911).....	16
Fotografia 3 - Fotos de Adultos e crianças com braços decepados.....	17
Fotografia 4 - Meninos congolezes com as mãos amputadas.....	17
Fotografia 5 - Fotografia de um menino negro colocado em uma gaiola de pássaros enquanto duas meninas belgas posam ao lado dele. Congo Colonial (1955).....	18
Fotografia 6 - Exploradores Belgas posam com presas de elefantes.....	18
Figura 4 - Indicador Social: Taxa de Matrícula Bruta em todos os níveis: República Democrática do Congo (2008-2013).....	21
Figura 5 - Indicador Social: Taxa de Alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais: República Democrática do Congo (2001-2021).....	21
Figura 6 - Sistema Educacional na RDC (2023).....	25

Sumário

1	Introdução.....	9
2	Memorial.....	10
3	Direito Social na República Democrática do Congo.....	12
3.1	História da República Democrática do Congo.....	12
3.2	Contexto Histórico do Direito Social na República Democrática do Congo.....	15
4	O Direito Educacional na República Democrática do Congo.....	20
4.1	Contexto Histórico do Direito Educacional na República Democrática do Congo... 	20
4.2	Alguns Desafios Educacionais e a questão de gênero.....	22
4.3	Legislação Educacional Vigente na República Democrática do Congo.....	23
5	A Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.....	28
6	Considerações Finais.....	31
7	Referências.....	32

1 Introdução

Durante o transcorrer deste TCC buscaremos destacar os principais aspectos contextuais e legais do direito à educação na República Democrática do Congo, onde ainda temos inúmeros desafios diante de anos de crise econômica, política e do clima de guerra, tal qual questões específicas como: ampliação e efetivação do ensino primário, promoção do acesso e permanência das meninas, adolescentes e mulheres nos sistemas de ensino.

Dessa forma, a política educacional deve fortalecer o ensino público, pois muitos não têm como acessar o sistema privado; melhorar as condições de ensino, aumentar as matrículas e melhorar o desempenho nos exames nacionais, ampliar o sistema com a abertura de novas escolas e novos centros educativos.

O cenário da educação na República Democrática do Congo vivencia os reflexos de anos de caos desde a época dos colonos belgas, seja nos níveis social e econômico, portanto a política educacional deve em parte responder à crise e às necessidades do país em formação, em especial, com a promoção do acesso às escolas públicas, que para além de um direito possa contribuir para o desenvolvimento local.

A nossa análise consistirá em lançar luz sobre o direito educacional e o direito social da República Democrática do Congo a partir da metodologia de pesquisa bibliográfica com o delineamento da revisão de literatura, leitura cartográfica de mapas, uso de fotografias de época compreendidas como registros e fontes históricas, análise documental de dados do IBGE e dos Ministérios da República Democrática do Congo, bem como da legislação congoleza correlata da áreas social e da educação.

2 Memorial

Este memorial tem por objetivo descrever de forma sucinta as minhas vivências escolares e minha trajetória acadêmica, que de certa forma levaram a escolha do tema deste TCC. E portanto, nesse momento do texto, a escrita estará em primeira pessoa em virtude da natureza narrativa que envolve esse relato.

Eu sou Maloba, produto de uma educação na República Democrática do Congo, acabarei falando do meu país em termos de educação nesta memória, pois fiz a maior parte dos meus estudos numa escola jesuíta católica com uma ideologia do sacerdócio dessa instituição. Essa escola da igreja católica faz com que cada aluno obedeça a regra do estabelecimento: o que fizemos fomos educados mesmo com o pouco que tivemos como formação. Hoje, tenho orgulho de estar mesmo fora do meu país e com certas dificuldades que surgem deste fenômeno.

A base da educação, o saber escrever e ler, existem 3 categorias de estudos, cuja base tem se mostrado a mesma desde a era colonial. E nesta dor, quero explicar: a escola católica é um estabelecimento que dá o melhor curso porque tivemos uma boa formação e o que os alunos que estudam nesta formação fazem estão entre os mais felizes no dia a dia, então a escola pública deixa a desejar em si porque nem todos tem uma educação de caráter então esse tipo de escola é aquela que dá às palavras chave, porque o nível de ensino é básico e porque são os ambientes mais remotos da região porque a formação é a base do fator contencioso e o que na vida prática são muitos que não colocam na fase pública.

E tem o 3º: a escola dos ricos uma escola um pouco especial e dos mais ricos, porque nem todo mundo tem acesso a essa escola que é cara e tem os meios. Assim, estudar lá, porque o curso de pagamento da mensalidade é mais difícil e caro porque os alunos deste estabelecimento são basicamente mais luxuosos querem fazer os estudos nesta escola: é muito caro - porque é necessário completar ali o ensino que é mais acessível e difundido- , nós a chamamos de escola dos ricos.

Destaco que há um certo fator que os países têm um problema no cenário educacional, um problema de circulação, muitos países têm um sistema de assinatura na aquisição integral que atende ao critério de que as crianças não têm meios para essas viagens e isso continua sendo um fator prejudicial na vida dos estudantes que moram longe e que não têm condições financeiras, o governo deve tomar a sua medida imaginada na extensão da República Democrática do Congo: somos profissionais porque o bem dos estudos dos nossos filhos entrou nas mãos do presidente e do seu governo, porque há muitas falhas nesta crise o país

têm situação de falar bem da fase educativa da vida de todas essas crianças pobres. Sobre o fato de a educação ser uma grande “propaganda” no cenário político e econômico.

Existem muitos assuntos sobre o fator educacional, principalmente na República Democrática do Congo, na questão da gratuidade essa chance não é dada a todos porque o novo programa não é aceito no plano do governo sempre há recusa de certas escolas que exigem taxas escolares. E vejo certas famílias que não têm o mínimo dinheiro para sustentar o pão de cada dia e estas deixam correr lágrimas sobre o responsável que tem problema de pagamento talvez chegue tarde acabei de levar com as eleições isso pode mudar no cenário local ou internacional há muitas coisas que precisam de ser mudadas e no apoio das populações na frente acadêmica e na situação dos alunos e no perfil de determinada supervisão que não desempenha um papel adequado.

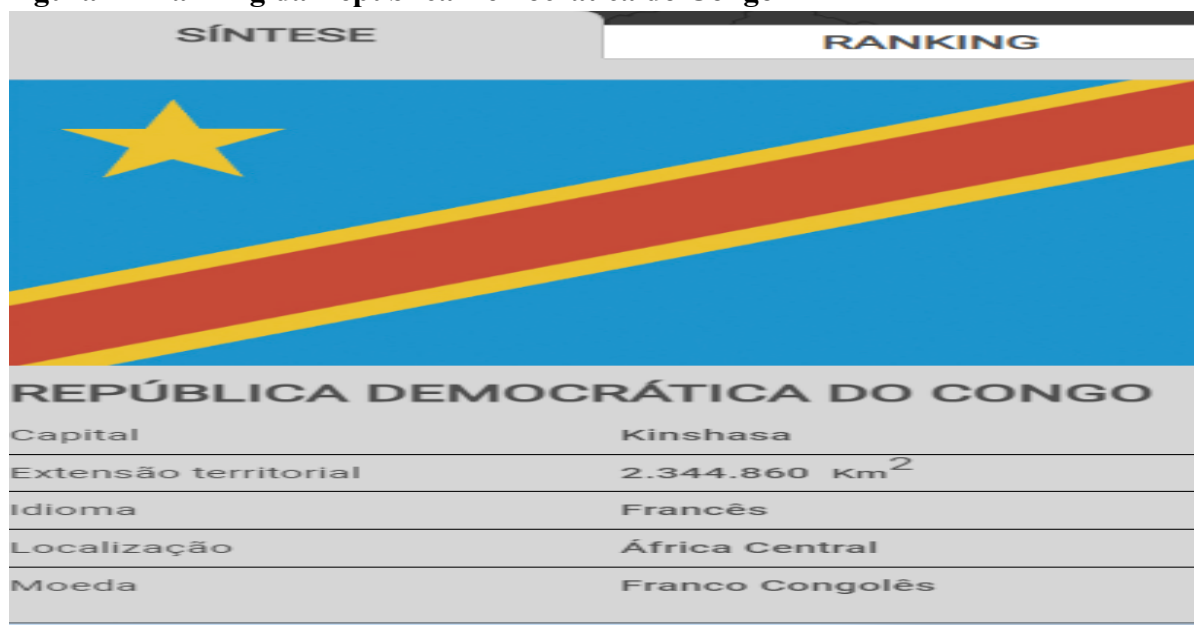
Para mim, o sentido do estudo é a melhoria no dia a dia com sabedoria e inteligência que recebi uma boa formação acadêmica para isso. E para ir para a universidade foi necessário passar uma série de provas para ir para a universidade então faço exames para comprovar melhor a capacidade intelectual dada pelo órgão educacional do meu país chamado *baccalauréat* estes dão acesso à porta que chamamos de universidade e consegui atingir um nível mais fluente na vida dos alunos que tiveram sucesso nesta prova.

3 Direito Social na República Democrática do Congo

3.1 História da República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo é um país localizado na região da África Central, cuja capital seria Kinshasa. Configura-se como um dos maiores e mais populosos da África, contando com 99.010.212 milhões de habitantes e a extensão territorial de 2. 344.860 km². O idioma oficial é o francês, a moeda é franco congolês, conforme os dados expressos nas figuras abaixo:

Figura 1 - Ranking da República Democrática do Congo



Fonte: IBGE, 2023.

Figura 2 - Ranking da República Democrática do Congo



Fonte: IBGE, 2023.

Figura 3 - Mapa Político da República Democrática do Congo



Fonte: DOIS NÍVEIS: República Democrática do Congo, 2023.

Costumamos dizer que África é o berço da humanidade, contudo o colonialismo afetou o seu futuro, já que as riquezas foram exploradas, contudo tivemos um grupo de pessoas que enriqueceram nesse processo. Existe um país que chamamos de República Democrática do Congo (RDC) sendo um país único, que tem uma variedade de riquezas, mas que passamos cedo da escravidão.

A colonização, a guerra civil e a fome que estão entre os problemas que causam danos no continente africano, houve uma destruição da sociedade tradicional e poluição das riquezas naturais, mas, também existe na África a vida de descanso e a esperança de iniciativas comprometidas com os países e a população mais vulnerável. Destacamos que a República Democrática do Congo é um conjunto de todas as situações resultantes de uma das piores colonizações de toda a história do continente africano, primeiro, no domínio do rei

belga com a escravidão do povo congolês e uma pilhagem colonial que retirou a liberdade e deixou inúmeras consequências no que concerne as violações de direitos humanos.

Após esse período colonial, tivemos o processo de independência e que se tornou um país soberano, mas não foi fácil dentro do cenário internacional. Houve a atuação do Presidente Mobutu Sese Seko que estabeleceu uma ditadura de um longo período de 32 anos. Mobutu mudou o nome do Congo para Zaire que literalmente vendeu o país à exploração da iniciativa privada para exploração de produtos naturais do país e aqueles que eram oposição a tal contexto enfrentaram uma coalizão muito cruel na história do povo congolês.

Depois da situação do Zaire liderada pelo ex-presidente Mobutu que deu o sabor da vida política à RDC estar sob o seu domínio e sob a autoridade do Belga que cometeu vários massacres em Leopoville - a antiga capital do Zaire - após a queda deste em 1997 a RDC viu-se mergulhada numa série de guerras civis e conflitos internos até hoje, conflitos que afeam a África Central, precisamente a guerra civil e o genocídio de Ruanda: os numerosos grupos armados que se apoderaram de toda esta parte no reinado do presidente de Ruanda, já que até hoje o exército congolês havia participado deste conflito, hoje, a RDC divide o seu território com 9 países vizinhos.

A devastação destas décadas de conflito extremamente sangrento é claramente visível, com provas de que o Ruanda ainda nega a existência de ações e gestos de milhares de mortes na cena do crime de crianças e bebês decapitados ao nível de mil mortes de cabeças decapitadas por mau comportamento e o deslocamento de refugiados que vivenciaram um deslocamento atroz saindo da cidade para um lugar desconhecido o recrutamento de crianças abandonadas onde o pai morreu nas guerras que fez com que essas crianças sem nível de escolaridade entre virem político ou no exército como forma de escolha sobre as suas vidas, o recurso generalizado à violação, por exemplos: como prática sexual e outras práticas de guerra, estes campos foram destruindo parte da democrática nesse cenário¹.

¹ Sobre a história da República Democrática do Congo e seus principais dados, ver: BRASIL ESCOLA, **República Democrática do Congo**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm> Acesso: 22/10/2023.

DOIS NÍVEIS: República Democrática do Congo, 2023. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/doisniveis/republica-democratica-do-congo-um-pais-longo-da-paz/> Acesso: 22/10/2023.

FLAHAUT, Marie-Laurence, SCHOUAKER, Bruno. **Democratic Republic of the Congo: A Migration History Marked by Crises and Restrictions**. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions> Acesso: 22/10/2023.

IBGE. Dados dos Países. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/mapa> Acesso: 22/10/2023.

3.2 Contexto Histórico do Direito Social na República Democrática do Congo

A expressão dos direitos humanos parece ser muito recente, mas remonta o ideal das pessoas, independentemente da condição social, têm direitos em todos os aspectos da vida humana e têm o direito inerente à sua pessoa inalienável e sagrada.

Contudo, a experiência da República Democrática do Congo foi amplamente marcada pela violação desses direitos. Na verdade, a missão colonial foi uma conquista longa e sangrenta, a violência foi enorme visto que não teve um limite em relação às pessoas que exploravam, por isso a vida do povo era dominada 100% em todos os aspectos, que tornou lamentável a situação de um povo, bem como tal experiência de colonização foi justificada pelo discurso de inferioridade dos povos dominados e escravizados.

Marie-Laurence Flahaux e Bruno Schoumaker (2016) destacaram que:

The King's Colony

By the late 19th century, the European powers had begun to establish colonies across Africa. The relatively new country of Belgium, which gained independence from the Netherlands in 1830, sought to strengthen its status in Europe with an African colony. Following the 1885 Berlin Conference in which European states carved up Africa into colonial territories, the Congo Free State was founded as a personal colony of Belgian King Leopold II. While Leopold had argued for the humanitarian influence of Belgian rule, the Congo Free State was not intended as a populating colony, rather as one of resource extraction for its rich supplies of rubber, minerals, and oil. The Congo Free State government became notorious, however, for its abuse and exploitation of the local population, resulting in the death and maiming of millions. Under pressure from other European powers, the Belgian government took control of the territory in 1908.

Inclusive, o Congo era chamado de Congo Belga, o antigo nome, em primeiro lugar, deve-se notar os inúmeros abusos cometidos dentro desse sistema, que representou o direito do mais forte aplicado, sendo que estes abusos levaram a graves consequências para a sociedade do povo congolês, hoje é reconhecido como um genocídio e marcado como um escândalo diante da ofensa dos direitos humanos ocorrida durante o reinado de Leopold II no Congo. Tal contexto foi registrado em fotografias de época, que neste trabalho compreendemos esses registros como fontes históricas, vejamos:

Fotografia 1 - Homens congoleses segurando as mãos cortadas



Fonte: Jacobin Brasil, 2023.

Fotografia 2 - Funcionário Colonial e vítima de mutilação (1911).



Fonte: Site Aventuras na História, 2023.

Fotografia 3 - Fotos de Adultos e crianças com braços decepados



Fonte: Site Aventuras na História, 2023.

Fotografia 4 - Meninos congolese com as mãos amputadas



Fonte: Site Aventuras na História, 2023.

Fotografia 5 - Fotografia de um menino negro colocado em uma gaiola de pássaros enquanto duas meninas belgas posam ao lado dele. Congo Colonial (1955).



Fonte: Twitter @ Fotos de Fatos, 2023.

Fotografia 6 - Exploradores Belgas posam com presas de elefantes



Fonte: Site Aventuras na História, 2023.

Esses abusos incluíam uma cultura compulsória, trabalhos forçados, expedições e punições, mutilações quando não se conseguia bater a meta de extração de borracha e espancamentos no corpo de quem não quisesse fazer as tarefas, enfim, um genocídio. Isto trouxe não apenas a perda de vidas das pessoas que viviam na comunidade, mas também um forte domínio da barbárie que a Bélgica infligiu à população. Naquela época não havia mecanismos de denúncias, como o tribunal penal internacional, visto que se tratava de um sistema de domínio colonial².

Durante esse capítulo, procuramos destacar que a expressão dos direitos humanos nem sempre foi respeitada na história da humanidade, mas hoje é reconhecida como relevante na vida de cada um de nós, mas este conceito por si não promove uma vida digna aos indivíduos, apesar de tal conceito abarcar que os homens (as pessoas), como tais e independentemente da condição social, têm direitos em todos os aspectos da vida humana e têm o direito inerente à sua pessoa inalienável e sagrada.

Portanto, na verdade a missão colonial foi um empreendimento que ignorou os direitos humanos, na medida em que foi uma conquista longa e sangrenta, o uso da violência foi enorme visto que não ensinaram as pessoas que exploravam, por isso a vida do povo era dominada 100% e em toda a zona: o que tornava lamentável a situação de um povo, onde a justificativa da colonização estava em um discurso de inferioridade desse povo. E sobre a violação dos direitos humanos no Congo Belga, tivemos os abusos cometidos dentro de um sistema com o direito do mais forte sendo aplicado, e estes abusos tiveram consequências prejudiciais para a sociedade do povo congolês. Esses abusos incluíam: cultura compulsória, trabalhos forçados, expedições e punições e espancamentos no corpo. Isto trouxe uma perda de vida das pessoas que viviam na comunidade e foi um forte domínio da barbárie que a Bélgica infligiu à população.

² Sobre a história da RDC e seus principais dados, ver: FLAHAUT, Marie-Laurence, SCHOU MAKER, Bruno. **Democratic Republic of the Congo: A Migration History Marked by Crises and Restrictions**, 2016. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions> Acesso: 22/10/2023.

4 O Direito Educacional na República Democrática do Congo

4.1 Contexto Histórico do Direito Educacional na República Democrática do Congo

Após a sua adesão à independência em 1960, a taxa de escolaridade congoleza colocou-o em sexto lugar entre os países africanos para os níveis primário e décimo segundo lugar para o ensino secundário, para não mencionar o seu ensino universitário que permaneceu pobre. O sistema belga tinha um nível de educação avançado dentro do cenário internacional, contudo internamente na RDC havia uma ilusão que a educação era essencial, mas a realidade era outra coisa: a RDC está atrasada na educação na vida do povo do Congo Belga, a taxa de analfabetismo é estimada em 60 a 65% se nem todos tivessem acesso à educação quem teve sorte foram aqueles que os pais trabalhavam para os belgas (no trabalho doméstico ou outro motorista) que oportunizou o acesso aos filhos para ler e escrever.

Outra opção era a educação oferecida pelos missionários católicos que tinham uma visão diferente da belga porque para eles a educação era o meio de demonstrar o bem, de ajudar as pessoas a melhorar a forma de viver. Essa situação acabou sendo legitimada entre o povo, pois era uma visão diferente do colonizador e a posição central que a Igreja Católica tinha conquistado os congolezes. Eles viam a Igreja Católica como o Messias, porque todos tinham acesso à educação por essa via. É por isso que a África Central tem uma taxa enorme de crença católica desde a época em que o catolicismo teve um impacto na ajuda dos problemas sociais, seja na assistência social ou na ajuda humanitária.

Em 1948, um projecto de educação pública desenvolveu-se finalmente sob a pressão das exigências de reforma por parte de ativistas africanos cuja luta acadêmica, ideológica e financeira se opunham a esse modelo. Tivemos novas escolas e as escolas confessionais durante a metade da década de 1950 a missão conseguiu salvaguardar o seu interesse e fazer diferente dos belgas que marcou um contexto de produção de analfabetos. Assim, a partir de 1954 houve a criação de várias escolas³.

Existe realmente um grande desafio para renovar a questão política nesse país. A educação é parte de uma base importante na vida das pessoas que não têm acesso aos meios financeiros porque a República Democrática do Congo fez progressos significativos no sentido do acesso à educação com o aumento da taxa de frequência, contudo há uma evasão de estudantes que estão fora da escola, uma vez que a possibilidade de estudar não é dada a

³ Sobre esse contexto, ver:

FLAHAUT, Marie-Laurence, SCHOU MAKER, Bruno. **Democratic Republic of the Congo: A Migration History Marked by Crises and Restrictions**, 2016. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions> Acesso: 22/10/2023.

Merriam, A. P. **Congo**. Editora Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1963.

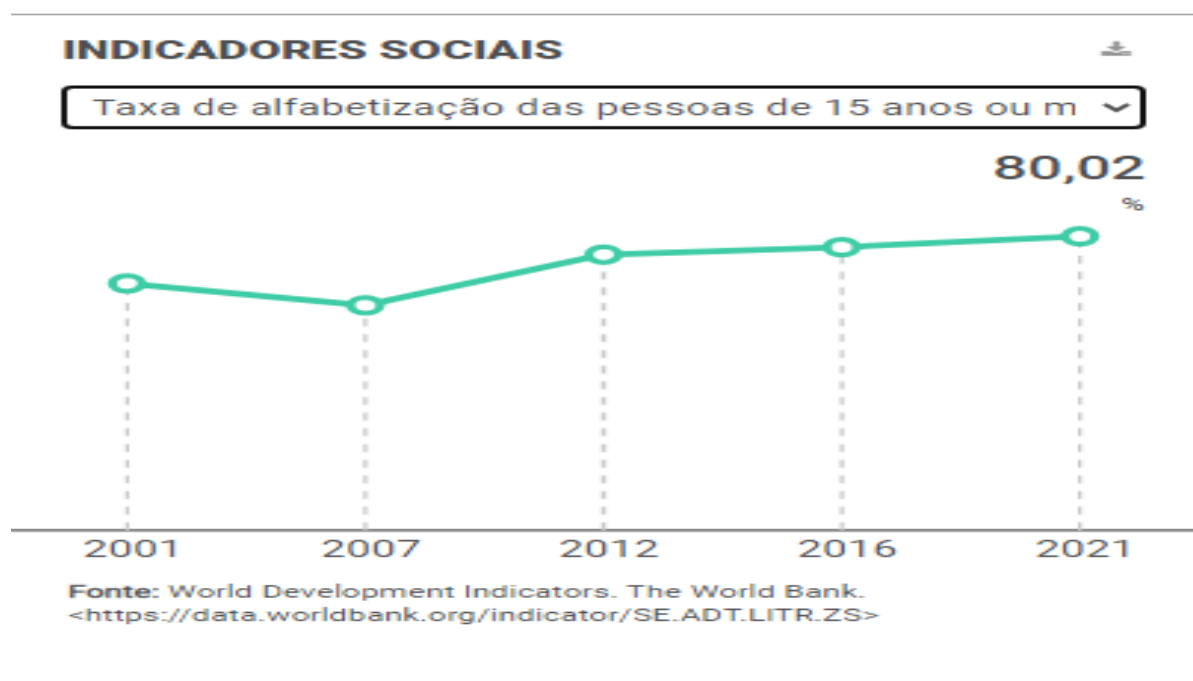
todos, temos o nível de estudo que também é um problema uma vez que o governo congolês faz exames de verificação de habilidades. Podemos verificar tal conjuntura a partir de dados divulgados pelo IBGE a partir dos indicadores sociais expressos abaixo:

Figura 4 - Indicador Social: Taxa de Matrícula Bruta em todos os níveis: República Democrática do Congo (2008-2013)



Fonte: IBGE, 2023.

Figura 5 - Indicador Social: Taxa de Alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais: República Democrática do Congo (2001-2021).



Fonte: IBGE, 2023.

Esses indicadores acima apresentam um percentual de 61,90 que mostra uma leve aumento no número de matrículas em todos os níveis educacionais e uma linha levemente ascendente em relação a taxa de alfabetização com o marco de 80,02. Tais índices do IBGE mostram que em relação aos níveis mais avançados de escolarização formal temos um diminuição de acesso das pessoas.

Além disso, as taxas de reprovação e abandono no ensino primário têm, sem dúvida, repercussões no nível secundário, o custo direto com taxas de matrícula e os custos indiretos (materiais escolares, uniformes, etc.) não permitem que todos tenha educação, inclusive temos a situação de várias crianças abandonadas nas ruas da República Democrática do Congo, em virtude do contexto constante de guerra ou abandono por falta de condições e outros fatores (Demart, 2013).

O problema das crianças de rua não poupa nenhum país; elas podem ser encontradas na maioria das cidades do mundo e em particular nos centros urbanos mais desfavorecidos ou em regiões em desenvolvimento ou economicamente instáveis, incluindo vários países. Essas crianças de rua podem pertencer a diferentes classes sociais, origens diferentes e todas têm experiências e aspectos de vida diferentes.

Segundo a UNICEF, existem três categorias de crianças de rua:

Candidatos à rua (aqueles que trabalham e estão acostumados a sair na rua
Crianças na rua que trabalham na rua e que voltam para casa à noite
Crianças de rua, aquelas que vivem sem apoio familiar, essas correm muito risco na realidade, o que significa que vão sofrer mais com a realidade da vida na rua. UNICEF (2023).

O Dia Internacional das Crianças de Rua foi lançado em 2011 por uma certa ONG para refletir em torno dessa questão complexa, pois existe muito preconceito, mas tal realidade pode ter como causas variadas, como: muitas vezes ligadas à pobreza, desagregação familiar, violência, natural desastre, instabilidade política, casamento forçado ou mesmo o problema do abuso sexual físico ou emocional, além disso não há caso de consultar um psicólogo nestes sistemas e mais diferentes das pessoas que vemos em certos países UNICEF (2023).

4.2 Alguns Desafios Educacionais e a questão de gênero.

O desafio de melhorar a qualidade do serviço educativo a todos os níveis faz parte do sistema educativo congolês, esta melhoria pode ser feita através de políticas de insumos: os livros escolares do ensino primário são o que ajudarão as crianças pobres; mudanças na qualidade da tecnologia através de recursos humanos; supervisão pedagógica e psicológica para os estudantes; incentivo à leitura e aos esportes para o desenvolvimento infantil.

No nível secundário, há necessidade de reformar a classe pedagógica de humanidades e a língua francesa em todas as bases dadas e a formação de professores bem equipados com uma boa base de ensino e podendo formar outras categorias de professores do ensino secundário para um bom domínio e atualização dos programas de estudo. E no nível superior, os desafios devem ser enfrentados diante de diversos problemas na forma de estudar, pois há um grande número de reprovações e a qualidade do estudo deixa a desejar.

Outro aspecto seria o financiamento da educação na RDC que reside no elevado nível de contribuição privada em todos os níveis de ensino, incluindo no ensino primário, uma vez que esta é a base da educação. A situação se deve em parte a uma crise econômica ocorrida na RDC - desde a década de 1980 com uma dívida externa -, onde a educação acaba não sendo uma pauta prioritária no Estado.

Também é um desafio: garantir a igualdade entre o serviço educativo alternativo e o ensino primário formal, a fim de permitir a possível reintegração dos alunos no sistema formal, garantindo conteúdo e avaliação adequados e mudanças administrativas necessárias, incluindo a descentralização de poderes para as autoridades provinciais em questões como horários, calendários escolares e outras.

Outro ponto seria a questão de gênero, já que na antiga colônia belga, a educação das meninas baseava-se em como gerir a família, as meninas eram educadas separadamente, como garantir que a sua família fosse sustentada e como gerir o seu futuro marido, o que espera que as mulheres deveriam saber fazer as tarefas domésticas. Isso são alguns dos fatores que fazem com que as meninas não progridem na escola e se preparem para o dever conjugal. Logo, vem os problemas de alfabetização e o receio de sair de casa em contexto de guerra no território, inclusive, várias ONG 's têm denunciado casos de estupros de meninas, adolescentes e mulheres adultas em regiões do Congo, como Kivu Oriental e Kivu Sul (RDC, 2015; UNICEF, 2023).

4.3 Legislação Educacional Vigente na República Democrática do Congo

Existem quatro atores envolvidos na administração do ensino primário e secundário: o governo central, o Ministério da Educação, a administração provincial, e a representação de outras congregações religiosas. Sabe-se que a educação, deve seguir as diretrizes do governo, em relação aos currículos escolares, padrões para o tamanho das turmas, qualificações e salários dos professores e o sistema de avaliação, temos os casos em que a Igreja administra as escolas, embora estas pertençam ao Estado, que é o poder organizador.

Contudo em 1986, coube ao Ministério da Educação o poder geral para coordenar todas as autoridades educativas e não foi feita qualquer referência às redes eclesiais. Assim, o conselho nacional de educação no qual tanto o governo como as redes estavam representados foi criado para estabelecer a coordenação a nível nacional, no entanto, a estrutura criada para administrá-lo, as instituições de ensino religioso perpetuaram em sua rede as suas hierarquias e organização específica.

No geral, temos um sistema que administra a folha de pagamento dos professores em toda a República Democrática do Congo, originalmente apoiado pela Bélgica, este serviço desenvolveu-se em todo o território (criação de escritórios regionais). Assim, faz um papel importante na administração do sistema de gestão de pessoal docente, o sistema serve para controlar normas, estabelecer listas de pagamentos, poder para propor encerramento de aulas ou escolas, poderes para propor sanções. Mas convive com uma confusão diante das escolas que foram construídas pela igreja em terrenos próprios com fundos próprios e aquelas que foram construídas pelo Estado e cuja gestão foi confiada à igreja⁴.

O contexto em que a educação na RDC deve desenvolver-se representa um desafio devido a anos de caos econômico e político, à grande superfície do país, à sua baixa densidade populacional, bem como à sua diversidade cultural e étnica e à considerável variedade de comunidades locais, que representam um desafio para a política educativa.

Destacamos que:

A enorme riqueza cultural da República Democrática do Congo é derivada dos mais de 200 grupos étnicos aos quais pertencem a sua população, sendo a maioria deles de origem bantu, como Mongo, Kongo e Luba, que, junto dos Mangbetu, perfazem quase metade de todos os habitantes congolezes. Cada um desses grupos apresenta manifestações culturais distintas, muitas das quais traduzem perfeitamente a identidade de cada um deles, como as pinturas e as esculturas. Grifo nosso (Brasil Escola, 2023).

Sendo que a política educativa deve também responder às necessidades específicas de um número significativo de indivíduos que vivem nas regiões florestais do país, de acordo com diferentes tradições e meios diferentes, a criação de um ambiente político estável e coerente, incluindo uma reforma da administração da educação é necessária para o

⁴ Sobre a estrutura educacional na RDC, ver:

DEMART, S. “Migração Congoleza para a Bélgica e Perspectivas Pós-coloniais”. **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 01-20.

DEMART, S. e Bodeux, L. Apostas pós-coloniais da política congoleza (RDC) espaço: 50 anos após a independência”, **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 72-96.

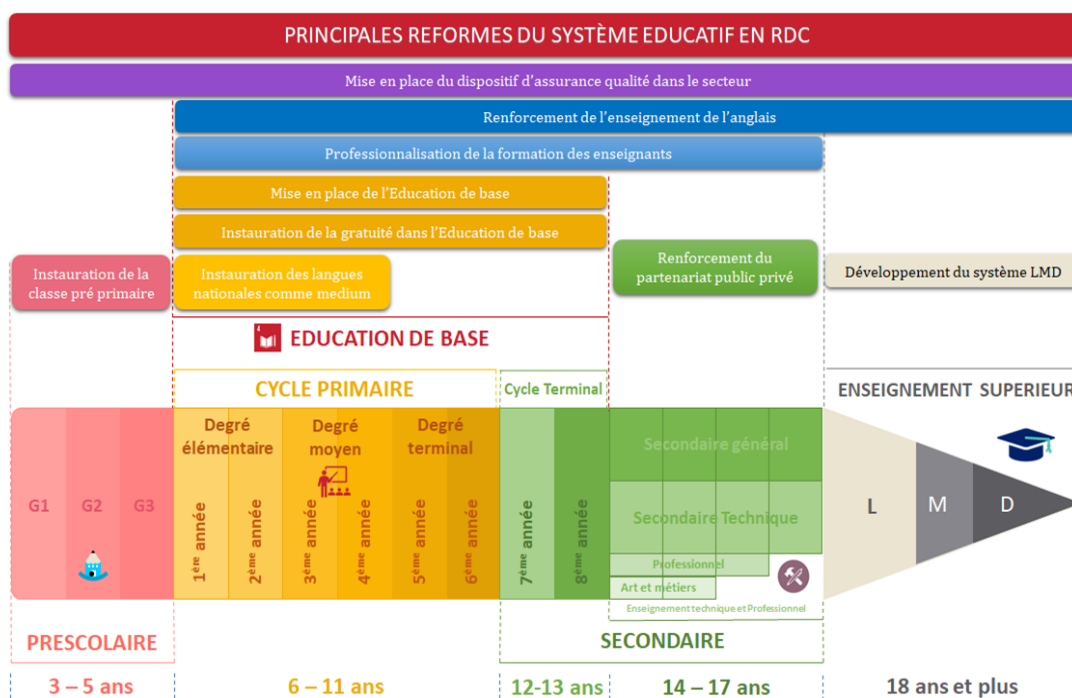
MWENZU, Jonathan Enguta. KITUMBA, Reagan Ngonzo. Eficácia e desafios da reforma do ensino primário gratuito na República Democrática do Congo. **Revisão de Educação Internacional de Sèvres**, 2022.

desenvolvimento do setor, logo, várias mudanças políticas serão realizadas em linha ascendente no sistema determinado e em toda a extensão da RDC.

A existência de órgãos de gestão nas escolas deve ser reforçada no âmbito da reforma da administração educativa. A principal fraqueza destes órgãos é que o país ainda não os possuem e que o declínio da economia tem sido profundo. Além disso, é sustentável, embora ao longo de uma década a RDC tenha recebido muito pouca ajuda ao desenvolvimento, o sistema educativo tenha sido inteiramente apoiado por esforços internacionais, como o da UNICEF.

E quando se trata do ingresso no ensino superior está condicionado à obtenção de um diploma estadual que atesta o fim do ciclo longo de estudos secundários, este diploma tem em conta o estudo secundário como resultado de um exame nacional e controle contínuo de conteúdos, ensino secundário profissional não permite o acesso ao ensino superior, que inclui um primeiro ciclo de três anos e um segundo ciclo de dois anos, estes vêm do domínio do colonizador belga. Como podemos ver na estrutura abaixo:

Figura 6 - Sistema Educacional na RDC (2023):



Fonte: Ministère de l'Éducation de la République Démocratique du Congo, 2023.

A necessidade de melhorar a qualidade do serviço educativo, em todos os níveis, faz parte dos maiores desafios do sistema educativo congolês, esta melhoria pode ser feita através de uma política de insumos no nível primário, por exemplo: os livros escolares do ensino primário são o que ajudarão as crianças em vulnerabilidade econômica, do fortalecimento da

supervisão pedagógica nos estabelecimentos, incentivo à leitura e aos esportes. E no nível secundário há necessidade de reformar a classe pedagógica de humanidades e a língua francesa em todas as bases dadas e a formação de professores com boas práticas de ensino e podendo formar outras categorias de professores do ensino secundário, acesso aos materiais adequados para as aulas ministradas pelos professores através das salas de aula bem equipadas, tendo que atualizar os programas de estudo. E no nível superior e universitário, os desafios devem ser enfrentados diante de diversos problemas como: um grande número de reprovações e corrupções nas diferentes faculdades, a qualidade do estudo deixa a desejar.

O aspecto original do financiamento da educação na RDC reside no elevado nível de contribuição privada em todos os níveis de ensino, incluindo no ensino primário, uma vez que esta é a base da educação, já que a educação não é uma prioridade nos gastos do Estado, devido crise financeira e o não pagamento da dívida externa. Logo, o desafio de garantir a igualdade no acesso e permanência no ensino primário formal se mostra presente. E o sistema educativo congolês continua a desenvolver-se lentamente a todos os níveis, apesar da falência das finanças públicas, do caos económico e da instabilidade política que está na base de tudo.

Outro ponto seria educação das meninas e das adolescentes, pois ficou marcado desde o contexto da antiga colônia belga, que essa educação baseava-se na preparação para o casamento e na forma de gerir a casa da família, logo, as mulheres eram educadas separadamente para: garantir que a sua casa fosse sustentada, gerir o seu futuro esposo e fazer o trabalho doméstico⁵.

Assim, existe um desestímulo cultural à educação formal em virtude do gênero mulher na RDC, portanto várias meninas têm problemas de alfabetização, a educação dada a estas últimas não é a favor da educação intelectual. Outro fator por ser um contexto de guerra faz com que as meninas, adolescentes e mulheres são as principais vítimas de violência sexual, assim ficam com receio/medo de sair de casa para ir à escola e serem estupradas e estigmatizadas socialmente. Soma-se a questão do casamento precoce ou infantil, violência doméstica e/ou dedicação ao trabalho doméstico, que também tem sido um fator de evasão das meninas do sistema formal de educação na RDC.

⁵ Sobre os principais desafios na área educacional na RDC, ver:

DEMART, S. "Migração Congoleza para a Bélgica e Perspectivas Pós-coloniais". **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 01-20.

DEMART, S. e Bodeux, L. Apostas pós-coloniais da política congoleza (RDC) espaço: 50 anos após a independência", **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 72-96.

MWENZU, Jonathan Enguta. KITUMBA, Reagan Ngonzo. Eficácia e desafios da reforma do ensino primário gratuito na República Democrática do Congo. **Revisão de Educação Internacional de Sèvres**, 2022.

Inclusive em julho do ano corrente (2023) foi objeto de denúncias o aumento de violência contra meninas e mulheres na RDC por parte da Organização das Nações Unidas (ONU):

ACNUR alerta para o aumento da violência contra mulheres e meninas no leste da República Democrática do Congo

Tendências preocupantes estão se desenrolando no leste da República Democrática do Congo (RDC), onde o ressurgimento da violência entre grupos armados não estatais e forças governamentais reverbera nas províncias de Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri.

Como resultado, 2,8 milhões de pessoas foram deslocadas dessas províncias desde março de 2022. Entre uma série de violações do direito humanitário e dos direitos humanos, civis estão sendo mortos e torturados, enquanto prisões arbitrárias, saques a centros de saúde e casas de civis e destruição de escolas também são relatados.

Além disso, estamos particularmente alarmados com o aumento de relatos de violência sexual contra mulheres e meninas deslocadas à força, incluindo estupro e exploração sexual.

De forma chocante, os dados mais recentes revelam que, das mais de 10.000 pessoas que acessaram os serviços de apoio por violência baseada em gênero (VBG) em Kivu do Norte no primeiro trimestre do ano, 66% relataram casos de estupro.

Muitas dessas violações hediondas de VBG foram supostamente perpetradas por homens armados. Esses dados foram compartilhados na RDC por uma rede de coordenação de proteção interagencial (conhecida como “área de responsabilidade” de VBG) que opera como parte do Grupo de Proteção, sob a liderança da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2023).

O sistema educativo da RDC foi afetado por mais de duas décadas de declínio econômico, caos político, a guerra (de 1991 a 1993 houve vários massacres), falta de infraestrutura nas vias de acesso à escolas, abandono de muitas escolas nas zonas rurais e no interior do país. Na República Democrática do Congo, “cerca de 5,9 milhões de crianças não vão à escola”, segundo a Unesco (UNESCO, 2023). Vale mencionar que tal quadro também foi reflexo do abandono da questão educacional desde a política colonial perpetrada pelos belgas nesse território.

5 A Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos

O tema central dos Direitos Humanos em África é tratado através da seguinte abordagem: Proteção dos Direitos Humanos e dos Povos na África; os Direitos Humanos e dos Povos nos períodos pré-colonial e colonial; os Direitos Humanos e dos Povos face à independência dos Estados Africanos e o papel da Organização da Unidade Africana (OUA) e a promoção e proteção até meados dos anos 70; a OUA. e a exegese da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul); o significado do preâmbulo da Carta de Banjul; o caráter normativo da Carta de Banjul; composição, organização e competência da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

A entrada em vigor da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, também conhecida como Carta de Banjul, no dia 21 de outubro de 1986, consolidou o terceiro sistema regional de proteção internacional dos direitos humanos. Trata-se, sem dúvidas, de um marco nos esforços que vêm sendo feitos, tanto a nível global quanto regional, com vistas à promoção e ao respeito dos direitos humanos. Não obstante, o sistema africano encontra obstáculos de ordem histórica, política, estrutural e jurídica que podem comprometer sua eficácia.

A entrada em vigor da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, também conhecida como Carta de Banjul, no dia 21 de outubro de 1986, consolidou o terceiro sistema regional de proteção internacional dos direitos humanos. E no que concerne ao direito educacional, tal instrumento de direito internacional referendou os seguintes pontos: direito à educação para todos, direito ao desenvolvimento cultural e os países que assinaram a carta devem assegurar o ensino, a educação e a difusão dentro do seu território a partir dos paradigmas de liberdade e vinculação obrigacional.

Vejamos, os seguintes artigos:

Artigo 17º 1.Toda pessoa tem direito à educação. 2.Toda pessoa pode tomar parte livremente na vida cultural da comunidade. 3.A promoção e a proteção da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela comunidade constituem um dever do Estado no quadro da salvaguarda dos direitos humanos.

(...)

Artigo 22º 1.Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade. 2.Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.

(...)

Artigo 25º Os Estados Partes na presente Carta têm o dever de promover e assegurar, pelo ensino, a educação e a difusão, o respeito dos direitos e das

liberdades contidos na presente Carta, e de tomar medidas para que essas liberdades e esses direitos sejam compreendidos, assim como as obrigações e deveres correspondentes. (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, 1981).

Destacamos que a referida Carta trata-se, sem dúvidas, de um marco nos esforços que vêm sendo feitos, tanto a nível global quanto regional, com vistas à promoção e ao respeito dos direitos humanos. Não obstante, o sistema africano encontra obstáculos de ordem histórica, política, estrutural e jurídica que podem comprometer sua eficácia.

A análise destes fatores se mostra sobremaneira importante para a compreensão deste sistema como um todo, o que deve ser feito respeitando-se suas peculiaridades e dando especial atenção às comparações com os sistemas regionais e globais sem esquecer suas particularidades.

Em continuidade, destacamos que as sociedades africanas sofreram com a dominação e influência estrangeiras – consolidadas através da colonização – tiveram impacto imensurável no continente africano, já que as consequências do período colonial: a participação do continente na vida internacional foi reduzida abruptamente, extinguindo-se praticamente o desenvolvimento de ideias, conceitos e princípios políticos; o conceito tradicional de que a vida humana era sagrada foi ridicularizado; o novo sistema social mostrou uma face diferente, distante do indivíduo e do espírito familiar; o respeito pela dignidade humana passou a significar respeito pelo homem branco, posto que os valores dominantes passassem a ser ocidentais; foi, por fim, o término da crença nos valores humanos.

O período colonial significou a diminuição, senão a extinção por completo, do exercício dos direitos humanos. Não havia respeito nem aos direitos civis e políticos, nem tão pouco aos econômicos, sociais e culturais. Não houve, no geral, preocupação por parte dos Estados Colonizadores quanto ao desenvolvimento econômico de suas colônias – pelo menos até o início da Segunda Guerra, quando as exigências de estado de beligerância forçaram uma consideração mais racional de seus recursos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a situação política no continente africano mudou consideravelmente, haja vista a aquisição da independência de seus Estados – processo ocorrido, principalmente, durante as décadas de 60 e 70. A influência destes Estados deu oportunidade ao estabelecimento de uma organização regional nos moldes já existentes em outros continentes; e que, como suas analogias, teve papel fundamental no desenvolvimento

da proteção dos direitos humanos – apesar da diversidade, muitas vezes, de objetivos e métodos utilizados⁶.

⁶ Sobre o contexto da Carta da OUA e suas especificidades, ver:

Site **Droit-Afrique**: Le droit des entreprises en Afrique francophone, 2023. Disponível em: <http://www.droit-afrique.com/> Acesso: 22/10/2023.

TAVARES, Mariana de Almeida. **A proteção dos Direitos Humanos em África**, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/a-protecao-dos-direitos-mariana-de-almeida.pdf> Acesso: 22/10/2023.

6 Considerações Finais

Durante esse TCC buscamos destacar os principais aspectos contextuais e legais do direito à educação na República Democrática do Congo, onde ainda temos um desafio diante de anos de caos econômico e político vigentes, da grande dimensão do país com baixa densidade populacional, diversidade cultural e étnica., incluindo um número considerável de línguas locais que requer estratégias para efetivação do ensino primário, bem como a questão do gênero mulher que tem representado uma falta de acesso e permanência nos sistemas de ensino.

Dessa forma, a política educacional deve atender às necessidades específicas do país que é marcado também pelo número significativo de pessoas que vivem em regiões florestais, com diferentes tradições e meios de existência, contexto que se agrava com o clima de guerra, conflito e o uso de crianças como soldados, crianças de rua, refugiados e órfãos.

Assim, o sistema de ensino é desafiado a fortalecer o ensino público, pois muitos não têm como acessar o sistema privado (escolas particulares), aumentar os subsídios para melhorar as condições de ensino, aumentar as matrículas e melhorar o desempenho nos exames nacionais, logo, tem-se aperfeiçoar a capacidade administração desses subsídios públicos, promover a descentralização do sistema, oferecer uma abertura de novas escolas e novos centros educativos, dentre outras formas de intervenção.

Por fim, destacamos que o contexto em que o ensino na RDC deve desenvolver-se representa um desafio devido aos anos de caos desde a época dos colonos belgas, seja nos níveis social e econômico, já que na maior superfície do país temos uma diversidade cultural e étnica, de línguas e dialetos que devem ser levados em consideração para pensar as questões educacionais no país. Posto que a política educacional deve em parte responder à crise e às necessidades do país em formação, em especial, com a promoção do acesso às escolas públicas, que para além de um direito possa contribuir para o desenvolvimento do país.

7 Referências

ACNUR. **ACNUR alerta para o aumento da violência contra mulheres e meninas no leste da República Democrática do Congo.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/07/14/acnur-alerta-para-o-aumento-da-violencia-contr-a-mulheres-e-meninas-no-leste-da-republica-democratica-do-congo/> Acesso: 22/10/2023.

BRASIL ESCOLA, **República Democrática do Congo.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm> Acesso: 22/10/2023.

DEMART, S. “Migração Congoleza para a Bélgica e Perspectivas Pós-coloniais”. **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 01-20.

DEMART, S. e Bodeux, L. Apostas pós-coloniais da política congoleza (RDC) espaço: 50 anos após a independência”, **Diáspora Africana**, n. 06, 2013, pág. 72-96.

DOIS NÍVEIS: República Democrática do Congo, 2023. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/doisniveis/republica-democratica-do-congo-um-pais-longe-da-paz/> Acesso: 22/10/2023.

FLAHAUT, Marie-Laurence, SCHOUMAKER, Bruno. **Democratic Republic of the Congo: A Migration History Marked by Crises and Restrictions.** Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crisis-and-restrictions> Acesso: 22/10/2023.

IBGE. Dados dos Países. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa> Acesso: 22/10/2023.

JACOBIN BRASIL. **A história da barbárie imperialista no Congo.** Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/02/a-historia-da-barbarie-imperialista-no-congo/> Acesso: 22/10/2023.

MERRIAM, A. P. **Congo.** Editora Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1963.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO, Sistema Educacional na RDC. 2023. Disponível em: <https://minepst.gouv.cd/systeme-educatif/> Acesso: 22/10/2023.

MWENZI, Jonathan Enguta. KITUMBA, Reagan Ngonzo. Eficácia e desafios da reforma do ensino primário gratuito na República Democrática do Congo. **Revisão de Educação Internacional de Sèvres**, 2022.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA). **A carta africana de direitos humanos e dos povos**, 1981. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/36390-treaty-0011_-_african_charter_on_human_and_peoples_rights_f.pdf Acesso: 22/10/2023.

Página do Twitter @ FotosdeFatos - 27/06/2020, 2023.

Site Aventuras na História, **ESCRAVAGISMO, COLONIZAÇÃO E GENOCÍDIO: COMO SURTIU E O QUE FOI O CONGO BELGA**, 2023. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/genocidio-africa-congo-belga-leopoldo-ii.phtml> Acesso: 22/10/2023.

Site **Droit-Afrique**: Le droit des entreprises en Afrique francophone, 2023. Disponível em: <http://www.droit-afrique.com/> Acesso: 22/10/2023.

Site Institucional da Unesco, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en> Acesso: 22/10/2023.

Site Institucional da UNICEF, 2023. Disponível em: https://help.unicef.org/ggl-drtv?language=pt-br&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA3aeqBhBzEiwAxFiOBqPyF1xqgpzyag1IBz0HL_rs5sGxJSay9qzV_HqoiVlaEqDwDJ19MBoCLJYQAvD_BwE Acesso: 22/10/2023.

TAVARES, Mariana de Almeida. **A proteção dos Direitos Humanos em África**, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiiemanaderelacoesinternacionais/a-protacao-dos-direitos_mariana-de-almeida.pdf Acesso: 22/10/2023.